
Jornalismo em causa própria

*Maria Madalena da Costa Oliveira*¹

Resumo:

Não sendo um fenómeno inteiramente novo, o discurso jornalístico sobre o próprio jornalismo é, porém, o grande desafio dos tempos pós-modernos que são os nossos. Na verdade, não podendo abranger a vida na sua totalidade, o jornalismo é também ele um sintoma da crise da contemporaneidade. O que propomos é o reconhecimento do *metajornalismo* como uma categoria de reflexividade, promissora do restauro das tarefas de onde o jornalismo verdadeiramente se reclama.

Abstract:

Not being a new phenomenon entirely, the journalistic speech on the proper journalism is, however, the great challenge of the post-modern times that are ours. In fact, not being able to enclose the life in its totality, the journalism is also a symptom of the crisis of the contemporary era. What we consider is the recognition of metajournalism as a category of reflectivity, promise of the restoration of the tasks of where the journalism trustily complains.

«Um dos elementos dessa crise, ou da surpresa com que os jornalistas se descobriram em crise, tem a ver com o facto de ter feito parte da cultura profissional dos jornalistas acharem que eram eles que tinham que criticar os outros e que eles próprios não podiam ser objecto de crítica.»

Augusto Santos Silva²

1. Da crise da contemporaneidade à crise do jornalismo

São efectivamente de crise os tempos que vivemos. Crise de identidade, crise de fundamento, crise de relação, crise da promessa que julgávamos ser. São, também por isso, tempos de perigo, de ameaça constante ao desejo de ordem e segurança, que, segundo Bragança de Miranda, se extremou na modernidade. Mas o perigo é, para Hans Blumenberg, a nossa condição, do mesmo modo que «o naufrago (...) é algo como a consequência “legítima” da navegação». (1990:25).

O abismo é a nossa imagem mais recorrente. É sempre à beira dele que nos sentimos quando nos falham os trilhos do descobrível. Achamo-nos perdidos da certeza de Deus ou de alguém por Ele que vele pela nossa existência. Baralhados pela inversão concreta da vida, de que o espectáculo e a sedução das imagens são o expoente máximo (Guy Debord), damo-nos, porém, conta de que é no limiar do perigo que a vida se questiona. Só quando o naufrágio (de que fala Blumenberg) se nos depara é que sentimos o que se joga na diferença entre a vida e a morte, que é o mesmo que dizer, entre a navegação e a ancoragem num porto de abrigo.

Embarcados que estamos, no entanto, estamos também sujeitos à inevitabilidade do naufrágio. E, em permanente navegação, perdemos de vista os referentes da terra firme. Estamos entregues a nós próprios, sem as condições de amparo que antes nos juravam certas. Vivemos a tragédia aflitiva de quem se encontrou simplesmente fraccionado, como ser desintegrado e desorbitado. Vivemos, por isso, a permanente dúvida da essência do ser, a permanente

¹ Doutoranda em Ciências da Comunicação – Universidade do Minho
(projecto individual financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia e orientado pelo Professor Doutor Moisés Martins)

² Intervenção no programa “Clube de Jornalistas”, RTP – 2., 11 de Janeiro de 2004.

interrogação da incerteza, a permanente inquietação da impetuosidade das águas que navegamos.

O horizonte é, para nós, a linha que José Saramago dizia fugir-nos a cada passo que damos na sua direcção. A mesma linha que separa o céu do mar... a única linha que paradoxalmente temos como certa no momento do naufrágio.

Imersos por marés tumultuosas que nos banham de uma inquietude, é na iminência constante do desastre e do mergulho definitivo nas águas profundas que vivemos. Em risco de colapsar, as instituições que conhecíamos como promessa do progresso contagiam-nos da abalada ameaça de não resistirem aos desafios dos nossos tempos. A sociedade sofre a atormentada ideia de uma condenação à agonia. O espectáculo, que, segundo Agamben constitui «a análise mais lúcida e severa das misérias e das sujeições de uma sociedade» (Agamben, 1995:83), é bem o sintoma da “patologia apocalíptica”³ de que padece o social. Talvez equiparável apenas, neste século, a Karl Kraus (Agamben, 1995: 87), Guy Debord tornou-se, na verdade, o expoente máximo da premonição de uma sociedade alienada, adormecida, malquistada à consequência inevitável de um natural desenvolvimento tecnológico. Por isso, preconizou que o espectáculo se estenderia a todos os domínios da vida, ou seja, se absolutizaria em toda a experiência humana. Fortalecido pelo ímpeto técnico-científico, o espectáculo é hoje, na verdade, a mais temível ameaça à identidade e à legitimidade da acção humana. Envolvendo o homem na mais tentadora das seduções, a de se diluir numa emoção colectiva, o espectáculo constitui «a principal produção da sociedade actual» (Debord, 1992: 21).

Afirmção da aparência, o espectáculo afirma a própria vida como aparência, da qual Kraus dizia ver apenas os contornos (Kraus, 2000: 173). Precipita os homens numa relação social mediatizada por imagens, de que os meios de comunicação social são a manifestação mais evidente. Alucinantes por natureza, os *media* tornam-se assim instrumentos de unificação, esvaziando o homem da sua própria história e das entranhas do seu passado (Ortega y Gasset: 1971). O convite à navegação colectiva tornou a multidão visível, esse mostrengo social, como lhe chamou Ortega y Gasset em *A Rebelião das Massas*, que despojou o homem da sua intimidade, inexorável e inalienável. O furor tecnológico predisps o homem a um fingimento que arrasa tudo o que é diferente, individual, qualificado e selecto. É, na acepção do sociólogo espanhol, um homem à deriva o que hoje sulca o espaço social. Um homem carente que se julga soberano e procura no outro a confirmação do poder que crê, por ilusão, ter.

A multidão, caracterizada por Le Bon pela impulsividade, irritabilidade, incapacidade de raciocinar, ausência de juízo e espírito crítico e pelo exagero dos sentimentos (Le Bon, 1980), agoirou a individualidade genuinamente humana e arremessou-a ao trágico e à perigosa ideia de crise. Exasperada pela maquinação das emoções de que os *media* são efectivos protagonistas, a multidão estigmatizou o indivíduo à falta de vontade própria, subjugando-o a uma vontade única: a de pertencer, sentir em comum, ser reconhecido, experimentar a euforia do colectivo. Contudo, arredado da sua mais íntima circunstância, o homem de hoje é um homem desorientado, desanimado, vencido, desalentado. Penando de uma moléstia de esmorecimento, o homem de hoje é o prenúncio do enfado que contaminou todas as instituições da modernidade. A decadência do social contemporâneo é a caducidade a que se votaram todas as esperanças modernas. As expectativas confiadas ao progresso fracassaram e delas parece restar apenas a nostalgia da fé que sustentava a engrenagem social.

A falência do homem moderno é, aliás, o presságio mais intrigante da falência da própria democracia, porque representa em si mesma as promessas não cumpridas pelo ideal democrático. Tendo nascido de uma concepção individualista da sociedade, a democracia falhou na medida em que concedeu a grupos, e não a indivíduos, o protagonismo da vida política (Bobbio, 1988: 29-30). O preço a pagar é o da indiferença da maioria, o da melancolia que, segundo Moisés Martins, é «a afecção que melhor caracteriza a idade do trágico» (Martins, 2002:78).

³ Expressão usada por Bragança de Miranda, num texto intitulado “O fim do espectáculo” (1995) em que reinterpreta a herança de Debord à luz do novo espaço cibernético.

Fomentadores excepcionais desta desilusão e deste embaraço causado pelo malogro da filosofia democrático-liberal, os *media* estão também eles hoje na terrível circunstância de crise. O jornalismo em particular já não está mais na terra firme nem fora de perigo. Já não tem a capacidade de se manter à distância que Montaigne reconhecia ao espectador, porque ele próprio deixou de ser apenas o espectador. O jornalismo deixou de sobreviver na sombra de uma das suas propriedades originais: a de observador vigilante e denunciador do perigo. Ele próprio vive hoje a iminência do perigo. Distinto potenciador da deriva e amplificador dos incessantes sinais de infelicidade do maior número, o jornalismo está a todo o momento sujeito ao naufrágio, a «costas e ilhas, portos e alto mar, recifes e tempestades, abismos e calmaria, vela e leme, timoneiros e ancoradouros, bússola e navegação pelos astros, faróis e pilotos» (Blumenberg, 1990: 21).

Habitado a permanecer no porto de abrigo, de onde se acostumou a «recompensar a distância com o prazer» do espectáculo, permanentemente alimentado com a reverência da informação, o jornalismo esgotou, porém, a esperança da firmeza da terra. Fez-se ao mar, onde agora disputa a legitimidade da sua embarcação. Fez-se um entre os naufragos e está ele próprio à deriva, em risco de encalhar. Os jornalistas, esses vivem em constante desafio. Têm de frente os escolhos e vivem embaraçados pela maré.

Na verdade, desde que o mar se tornou maior do que a terra firme, o jornalismo não mais pôde abranger a vida na tua totalidade. Tornou-se também ele a imagem do fragmento que somos, disfarçados de corpo comum, e o limiar de toda a interrogação. Alienou definitivamente o lugar seguro do farol da barra e vê-se hoje ele próprio sujeito à luz que irrompe na escuridão dos que andam à deriva.

2. De sujeito a objecto de crítica

Exercendo um poder reconhecido por muitos como incontornável, o jornalismo não escapa ao naufrágio, porque este poder é para ele a condenação à perda do lugar de espectador. O facto de intervir no curso da história dos homens, a par dos poderes executivo, legislativo e judicial (talvez também do económico e do cultural), precipitou-o nas mesmas aflições que fatigam a democracia e a promessa enviesada da tecnologia como fonte de progresso.

O jornalismo, que abandonou definitivamente a ideologia de janela aberta para o mundo, não tem mais a ingenuidade de quem olha para a realidade e dela diz apenas o que vê e ouve. Interceptando a complexidade da vida humana, o jornalismo e os jornalistas são os motores mais potentes do engenho das relações sociais. A procura da verdade, a interrogação, o empenho na maquinação da indignação ou do louvor do público garante um estatuto versátil, que oscila entre a bravura e a tibiez.

Ao jornalismo e aos jornalistas se atribui classicamente o papel de guardiões da democracia. Desde Jeremy Bentham e John Stuart Mill que do jornalismo se espera que seja adjuvante da cidadania e promotor de informação útil à formação cívica do “maior número”. Por este ideal liberal se lhes concedeu a liberdade de expressão como o corolário do inigualável encargo que se lhes atribuíra. De tão nobre que aparentava ser, o encargo suscitou os mais cobiçados interesses em seu redor e da sua nobreza missionária cruzou-se (e continua a cruzar-se) a fronteira do indesejável, ou seja, da obsessão de informar o “maior número” a qualquer custo, inclusive o do rigor e da imparcialidade.

O mito da objectividade é hoje o principal objecto da crítica endereçada ao jornalismo. O divórcio justo entre opinião e informação causou mal-estar entre os jornalistas, deixando-os permanentemente insatisfeitos, inconformados, desabrigados. A reivindicação da categoria de espectador já nada lhe vale, tendo em conta que «a terra firme já não é a posição do espectador; é sim», diz Blumenberg, «a do naufrago salvo». Mas talvez reste ainda ao jornalismo a salvação do naufrágio que é a sua actividade. Talvez reste ainda ao jornalismo experimentar a improbabilidade de atingir a firmeza da terra.

Permanentemente desafiado a encarar os baixios da sua navegação, o jornalismo conhece cada vez mais a sua sujeição à auto-reflexão, à auto-crítica e à auto-regulação. Inevitável e irreversível parece ser, pois, a sua submissão à condição de todos os navegadores: a

de se inter-fiscalizarem. A perda da condição excepcionalmente exógena em relação ao mundo amaldiçoou a altivez do jornalismo, forçando-o ao exercício de introspecção e de abertura ao escrutínio público. Reconhecidos como indiscutíveis encenadores da vida social e política (Serge Halimi), os jornalistas não são mais isentos do julgamento público.

Heróis frágeis da modernidade⁴, os jornalistas são, porém, desde Karl Kraus, no final do século XIX, os vencidos da vida. Anti-jornalista, podia dizer-se tomando de empréstimo as palavras de Yves Kobry⁵, Kraus foi, na verdade, provavelmente o primeiro a perceber a urgência de criticar o trabalho social dos jornalistas. Odiando-os pelo poder absoluto que na sua opinião ameaçam exercer, Kraus manifestou duramente a sua indignação face à subjugação do ideal jornalístico aos interesses económicos, políticos e culturais. Temeu o poder dos jornalistas, considerou a imprensa a arma mais mortífera, sobrestimou-a, chegando mesmo a dizer que a vida é que seria uma cópia da imprensa e não o contrário, como se julgaria. Kraus absolutizou o poder da imprensa de tal forma que a considerou o centro da vida social: «A imprensa é um mensageiro? Não, ela é o acontecimento! Um discurso? Não, a vida!» (Kraus, 2000: 182-183). Sabendo que o jornal não informa sobre um conteúdo, mas que é ele próprio um conteúdo e um excitador, Kraus, que dirigiu e redigiu uma revista inteiramente dedicada à crítica ao jornalismo, parecia não ter dúvidas: «o jornalismo matou a nossa imaginação, é contra a nossa vida que ele atenta com as suas mentiras» (Kraus, 2000: 190).

Usando as páginas da sua revista para criticar a própria actividade, Kraus foi seguramente, senão o primeiro, pelo menos o primeiro mais visível, jornalista sobre o jornalismo. Inaugurando aquilo que, neste trabalho, chamamos o “jornalismo em causa própria”, a sua herança reveste-se hoje de especial importância. Os exercícios de auto-crítica, a que doravante chamarei práticas metajornalísticas⁶, inauguraram uma nova exigência: a de o jornalismo se vergar perante si mesmo e, em reconhecida penitência, conjugar os seus desvios ético-deontológicos com os exageros compulsados pela missão de informar. Na verdade, como bem reparou Mário Mesquita, «compreendia-se mal que o jornalismo e os jornalistas fossem as únicas entidades ou pessoas a escapar à vigilância crítica dos *media*»⁷.

O incremento de informação acerca dos meios de comunicação social, do seu funcionamento, economia e efeitos, mais não se revelou pois que o reconhecimento do poder, convencionalmente atribuído apenas a três dimensões da sociedade. A abertura dos jornais, mais do que das rádios e das televisões, à crítica de si próprios, pela proliferação dos provedores dos leitores, dos espaços públicos de correio enviado pelos leitores e da opinião de especialistas conceituados em matéria de ciências da comunicação, foi a esteira da atribuição ao jornalismo e aos jornalistas do mesmo estatuto de sujeitos criticáveis.

As perguntas que habitualmente norteiam a pirâmide informativa – Quem? O quê? Quando? Onde? Como? Porquê? – são, ao contrário do que diria Serge Halimi⁸, cada vez mais colocadas «quando se trata de informar sobre... a informação» (1998:8). A noção de que, apesar de livre, a imprensa deve ser responsável pela sua liberdade tem conduzido ao levantamento de várias hipóteses: se uns se ocupam da discussão em torno do tipo de entidade que deveria regular o poder e a acção da comunicação social, outros, porém, têm multiplicado discursos acerca da necessidade de validar os mecanismos de auto-regulação, considerados mais apropriados a uma profissão cuja palavra-chave é incontornavelmente a liberdade.

⁴ Esta é a forma como Dominique Wolton fala dos jornalistas e da sua vitória nos últimos 30 anos, na introdução que assina do número 35 da Revista *Hermes*, dedicada ao “Poder do Jornalismo”.

⁵ A caracterização do jornalista e crítico austríaco é assim apresentada por Yves Kobry nas páginas que antecedem o livro *La Littérature démolie* (Kraus, 1993)

⁶ Marc-François Bernier, investigador canadiano, é nesta matéria uma das principais (senão mesmo a principal) referências. No livro *Les Planqués: le journalisme victime des journalistes*, dedica um capítulo à problematização do metajornalismo como um exercício de auto-crítica obrigatório aos profissionais da informação, em ordem a garantir a legitimidade do seu trabalho.

⁷ Mário Mesquita, “O metajornalismo ou a auto-regulação informal”, in *Revista Jornalismo & Jornalistas*, nº 7, Julho/Setembro de 2001

⁸ em *Os Novos Cães de Guarda*.

Da nossa parte, defendemos com Marc-François Bernier ou com Denis McQuail o princípio de imputabilidade dos jornalistas. Instituído deste modo a prática de uma reflexão pública sobre os trâmites da profissão, reconhecemos a inevitabilidade do exercício de “accountability”, referente, segundo McQuail⁹, aos processos pelos quais os *media* são chamados a prestar contas, encontrando-se com as suas obrigações. Tratando-se aqui de uma relação privilegiada entre o agente dos *media* e o potencial reclamador, o processo de “accountability” pode, segundo o autor inglês, enquadrar-se de três formas distintas. Por um lado, no âmbito de um quadro regulador-legal, que estabelece os princípios básicos e regras de fundo para a operação dos *media* e direitos e deveres para os indivíduos em relação aos *media*. Escrutinando sobretudo assuntos relacionados com os direitos de propriedade intelectual, liberdade de expressão, questões de propriedade e monopólio, queixas de prejuízos pelos indivíduos, grupos, organizações, estado, etc. Assente numa lógica legal-racional e administrativa, este enquadramento é, para o autor, muitas vezes sujeito a constrangimentos. Por outro lado, íntimo das questões de ordem económica, o quadro financeiro ou de mercado, baseia-se num equilíbrio assegurado pelas necessidades e interesses dos consumidores, isto é, na mão invisível da lei da oferta e da procura. Enfatizando a liberdade, a eficiência, a escolha, o lucro e as preferências da maioria, o enquadramento financeiro é, porventura, o mais desleal, na medida em que, definindo o equilíbrio na base de um mecanismo economicista, nele pouco ou nada implícita estará a auto-consciência e a auto-reflexão, em desfavor da fabricação de interesses exclusivamente monetários. Por fim, e tendo em conta, o que realmente importa no âmbito da nossa concepção, o quadro da responsabilidade pública ou confiança. Primariamente preocupado com a sociedade, o método de “accountability” reflecte aqui uma apreensão especial com o bem público e com os propósitos ideais da comunicação pública como informação, opinião e cultura. A qualidade informativa, a ordem moral e pública, a coesão social e os contributos para a democracia são os principais assuntos que considera esta corrente. Tratando-se do modelo mais conveniente para a expressão e implementação do interesse público, neste enquadramento inscrevemos a ideia de um jornalismo visto ao espelho, vigilante de si próprio, verificador do (in) cumprimento da sua própria deontologia.

3. A batalha dos argumentos nas colunas dos jornais

Apesar de, como dizia Augusto Santos Silva na epígrafe deste texto, «ter feito parte da cultura profissional dos jornalistas acharem que eram eles que tinham que criticar os outros e que eles próprios não podiam ser objecto de crítica», episódios vários do quotidiano da cobertura da actualidade têm surpreendido o jornalismo com o confronto da análise ao seu ofício. Perplexo, por exemplo, pelo efeito do incidente do final de 2003 de nove jornalistas no Iraque¹⁰, o jornalismo português deu por si envolto na polémica discussão dos limites ao ímpeto de informar. Pouco habituados a ser notícia, os jornalistas foram confrontados com a excepcional situação de se tornarem objecto da sua própria missão.

Não sendo a primeira vez que os jornalistas se fizeram objecto do seu próprio trabalho, o incidente no palco de guerra atestou a certeza de Mário de Carvalho, repórter experimentado em trinta anos de cobertura de conflitos: «Guerra é guerra. E nós, jornalistas, somos sempre a parte mais vulnerável...» (Carvalho, 2003:183).

⁹ Num artigo intitulado “Accountability of Media to Society – Principles and Means”, in *European Journal of Communication*, SAGE Publications, V. 12 – N 4

¹⁰ Convidados a integrar o voo do contingente da GNR para o Kuwait, de onde partiu depois para Bassorá, na sequência do rescaldo da última guerra no Iraque, nove jornalistas são surpreendidos, a 14 de Novembro de 2003, por um grupo de assaltantes, enquanto atravessam a fronteira para o Iraque, na tentativa de desafiar a desautorização de seguirem viagem com o contingente. O carro onde seguiam Maria João Ruela, Rui do Ó (SIC) e Carlos Raleiras (TSF) não consegue escapar à emboscada. A jornalista da televisão é baleada e o repórter da rádio raptado. O incidente desfecha-se, contudo, dois dias depois, com a libertação do repórter.

A notícia encheu primeiras páginas, esgotou tempos de antena e curvou os jornalistas diante de sentenças da mais variada ordem. Excomungados por uns pelo desrespeito da desautorização de entrarem no Iraque, pela imprudência e falta de experiência de que foram acusados, tornados heróis por outros, para quem, pelo dever de informar, desafiaram limites num gesto quase altruísta, os jornalistas sofreram a humilhação da inversão de papéis. Foram acusados de amadorismo, de falta de profissionalização, de excessiva ousadia, de inadvertência em decisões de alto risco, em que pode estar em causa a diferença entre a vida e a morte. Criticados por companheiros de ofício que consideraram que a ponderação do risco tem de ser sistemática e deve começar na preparação dos recursos e garantias antes da partida¹¹, os jornalistas envolvidos no incidente foram acusados de querer “Sol na Eira e... chuva no nabal”. Num artigo assim intitulado, Joaquim Fidalgo dizia na sua coluna semanal no jornal Público de 26 de Novembro de 2003, que «... não se pode querer ao mesmo tempo sol na eira e chuva no nabal; ou seja, não se pode reclamar a máxima protecção das forças militares e policiais e, simultaneamente, uma completa e absoluta liberdade de movimentos». Para o ex-provedor daquele jornal, também ele enunciador versado de práticas metajornalísticas, a independência requerida pela profissão não é requisito fácil nem barato.

O dia em que os jornalistas foram notícia¹² foi o dia da maior solidariedade de alguns, mas também o dia da mais vexatória reprovação de outros. O episódio que abriu telejornais e interrompeu emissões de rádio foi, para José Manuel Fernandes¹³, a ilustração dos «riscos desta profissão». Nestes momentos, considerou o director do Público, «estamos entregues a nós próprios, à nossa avaliação da situação, à capacidade de saber até onde se pode ir ou onde se deve parar».

Admitindo que se está «positivamente disponível para morrer» (Fino, 2003), Carlos Fino descreve no livro *A Guerra em Directo* várias situações de perigo iminente. Contando os bastidores de três guerras que viveu em directo, o repórter aventa que «é dever dos jornalistas irem sempre mais longe dando a ver, sempre que possível, o outro lado das questões» (Fino, 2003:89). O tal dever de que se muniram os nove jornalistas no Iraque acabou por ser o principal argumento ouvido, ora contra ora a favor, ora glorificando os jornalistas no aplauso de mérito ora crucificando-os na reprovação de uma vitimização desajustada, porque fruto dos «descuidos e do voluntarismo inadmissíveis dos responsáveis dos respectivos órgãos de comunicação»¹⁴. Por seu lado, considerando que deve evitar-se que os jornalistas sejam o motivo da reportagem, Mário de Carvalho considerou, também ele nas páginas de um jornal, que o cumprimento de regras, do mais elementar bom senso – explicitou, «de algum modo, perturbam ou afectam a imparcialidade dos jornalistas». Advertindo para a necessidade de investir na preparação dos jornalistas, Mário de Carvalho acautelou que «os jornalistas portugueses devem ser treinados não na arte da guerra mas sim na arte de seguir a guerra».¹⁵

Numa outra linha de análise, a de um discurso terceiro, Eduardo Cintra Torres classificou o episódio de «"livro em directo" sobre a transformação do jornalista em notícia». Analisando o discurso sobre o discurso, isto é, analisando a forma como os *media* portugueses cobriram a notícia do assalto aos jornalistas, Cintra Torres enunciou um discurso de terceiro nível – um meta-discurso sobre o metajornalismo. «Em quatro dias», explicou num artigo intitulado “Jornalista entrevista Jornalista sobre Jornalista”¹⁶, «os jornalistas falaram apenas dos jornalistas». Qualificando a cobertura do episódio como o «pior jornalismo que se pode prestar ao país», o crítico de televisão considerou o tratamento jornalístico do incidente como

¹¹ Assim avaliaram os repórteres Cândida Pinto, Carlos Fino e Hernâni de Carvalho, citados pelo Jornal de Notícias, no dia 16 de Novembro, numa reportagem intitulada “Sem redoma na guerra”.

¹² Desta maneira reportou Sofia Lorena, a enviada do jornal PÚBLICO em Bassorá, na edição de 15 de Novembro, o fatídico incidente.

¹³ José Manuel Fernandes, editorial do PÚBLICO de 15 de Novembro de 2003.

¹⁴ Esta é a opinião expressa por Luís Costa, no artigo “Repórteres de Guerra” da edição de 20 de Novembro de 2003 do jornal PÚBLICO.

¹⁵ Mário de Carvalho, “Parem lá com isso!”, in PÚBLICO de 23 de Novembro de 2003.

¹⁶ In PÚBLICO de 24 de Novembro de 2003.

«desinformador pelo excesso de enfoque e de emoção nos assaltados». Finalmente, Estrela Serrano, na coluna de Provedora dos Leitores que assinava no dia 1 de Dezembro de 2003 no Diário de Notícias, expressou o entendimento de que, apesar de ser admissível o olhar lançado pelos *media* ao episódio, se deveria discutir o enfoque e dimensão conferida às notícias. Na opinião da ex-provedora, o assalto seria notícia em qualquer país, mas importaria considerar «a ausência de matéria informativa, substituída (...) pelo relato das “peripécias” que envolveram a chegada dos jornalistas e dos militares da GNR».

Jornalistas em causa própria ou vítimas do seu ofício, a verdade é que os repórteres se acharam tolhidos pela angústia que viveram na sequência da ousadia de entrar por conta e risco próprios num país em rescaldo de uma guerra. Inverteram a lógica e amansaram o ímpeto de informar na necessidade de prestar contas pela sua actuação. As colunas de opinião multiplicaram-se, as vozes contra e a favor dos procedimentos assumidos geraram uma discussão imparável em torno da aventura da informação. O que aconteceu? Como? Porquê? As perguntas esgotaram o esforço de encontrar resposta para a crise momentânea que avassalou o jornalismo português.

O metajornalismo é, pois, a surpresa com que o jornalismo se descobre exposto aos olhares do público. A nossa proposta é que o reconheçamos como uma categoria de reflexividade, promissora do restauro das tarefas de onde o jornalismo verdadeiramente se reclama. Precipitado na imanência da sua engrenagem, o jornalismo tem, nas práticas metajornalísticas, a oportunidade de resgatar a sua mais original missão e de, dignamente, reafirmar a sua legitimidade. Aliás, «porque não haveriam [os jornalistas] de prestar contas das suas tomadas de posição e até do modo como exercem o seu ofício e conduzem a sua vida, quando estão sempre prontos a arvorar-se em juízes dos outros homens de poder e, em particular dos políticos?» (Halimi, 1998: IX).

Parafraseando o que dizia Norberto Bobbio sobre *O Futuro da Democracia*, ousamos perguntar “Quem controla os controladores?”. “Quem guarda os cães de guarda da democracia?” Na verdade, se não conseguirmos descobrir uma resposta adequada a esta pergunta, o jornalismo, como advento de uma cidadania competente, esclarecida e comprometida, estará perdido. Para que esta não seja mais uma promessa por cumprir, sustentamos que o jornalismo sobre o jornalismo, enquanto potencial instância de auto-reflexão, se afigura como a condição de possibilidade de domar os monstros que ensombram a transparência da informação, qual circunstância da sua legitimidade.

Naufragados pela imprudência ou pela inevitabilidade contingente da vida, os jornalistas vitimam o jornalismo, como propôs Bernier (1994) à causa própria. Talvez «não por uma apreciação voluntária e sincera sobre a deriva que se acentuou», mas pelo «coro de protestos, certamente mais das elites com acesso aos *media* do que do público» (Alfredo Maia¹⁷). Mas talvez também o naufrágio seja, como anotou Blumenberg, «o preço a pagar para que uma calmaria total dos mares não torne o tráfego mundial impossível para o homem» (Blumenberg, 1990:48). Ou, por outras palavras, talvez “a surpresa com que os jornalistas se descobriram em crise” seja o preço a pagar para que o silêncio diante do poder da informação não torne a vida tão hostil à condição humana. O certo é que quem vê as ondas, quem vê as ondas do mar, não fica em terra a olhar, tem Deus ou alguém por Ele que o manda avançar. Mesmo que seja para chorar com os homens o lamento do mar e das suas traições.

Referências bibliográficas

AGAMBEN, G. – *Moyens sans fins – Notes sur la politique*, Paris, Éditions Payot & Rivages : 1995

¹⁷ Alfredo Maia, “Algumas condições indispensáveis para que a ética não morra de fome”, in *Jornalismo & Jornalistas*, nº 7, Julho/Setembro de 2001.

- AGAMBEN, G. – *Idée de la Prose – Paris, Christian Gourgois Editeur*: 1998
- BERNIER, Marc-François – *Les planqués – Le journalisme victime des journalistes – Québec, VLB Éditeur* : 1995
- BLUMENBERG, H. – *Naufrágio com o espectador – Lisboa, Veja*: 1990
- BOBBIO, N. – *O Futuro da Democracia – Lisboa, Publicações Dom Quixote*: 1988
- BON, G. - *Psicologia das Multidões – Delroux*: 1980
- CARVALHO, Mário e COSTA, Luís – *Por dentro das guerras – Lisboa, Prime Books*: 2003
- DEBOR, G. – *La Société du Spectacle – Paris, Éditions Gallimard* : 1992
- FINO, Carlos – *A guerra em directo – Lisboa, Verbo*: 2003
- GASSET, O. - *A Rebelião das Massas – Rio de Janeiro, Livro Ibero-americano*: 1971
- HALIMI, S. – *Os Novos Cães de Guarda – Oeiras, Celta Editora*: 1998
- KRAUS, K. – *La Littérature démolie – Paris, Éditions Payont & Rivages* : 1993
- KRAUS, K. – *Cette grande époque - Paris, Éditions Payont & Rivages* : 2000
- MCQUAIL, D. – “*Accountability of Media to Society*” – in *European Journal of Communication*, Volume 12, N. 14: 1997, pp. 511-529
- MAIA, A. – “*Algumas condições indispensáveis para que a ética não morra de fome*” – in *Jornalismo & Jornalistas*, nº 7, Julho/Setembro de 2001
- MARTINS, M. “*O Trágico como Imaginário da Era Mediática*” in *Revista Comunicação e Sociedade* 4: 2002 - pp. 73-79
- MESQUITA, M. - “*O metajornalismo ou a auto-regulação informal*”, in *Revista Jornalismo & Jornalistas*, nº 7, Julho/Setembro de 2001
- MIRANDA, J. B. – *Política e Modernidade – Linguagem e violência na cultura contemporânea – Lisboa, Edições Colibri*: 1997
- MIRANDA, J. B. (org.) – *Crítica das Ligações na Era da Técnica – Lisboa, Tropismo*: 2002
- MIRANDA, J. B. – *Modernidade e legitimidade – reflexões em torno da posição de Hans Blumenberg*” - *Revista Comunicação & Linguagens*, nº 6/7, Centro de Estudos de Comunicação e Linguagens, Lisboa: 1988